Francisco Baptista Assumpção Jr.



Transexualidade na Infância e Adolescência

Atheneu

"Material protegido por direitos autorais"

Transexualidade na Infância e Adolescência

"Material protegido por direitos autorais"



www.atheneu.com.br

(21) 99165-6758 Facebook.com/editoraatheneu Twitter.com/editoraatheneu Youtube.com/atheneueditora

Transexualidade na Infância e Adolescência

"Material protegido por direitos autorais"

Francisco Baptista Assumpção Jr.

Médico Psiquiatra da Infância e da Adolescência; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Livre-Docente pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Professor Associado do Instituto de Psicologia da FMUSP. Membro da Academia Paulista de Psicologia (cad.17) e da Academia Paulista de Medicina (cad. 103).

Atheneu

Rio de Janeiro • São Paulo

2026

Editora Atheneu

São Paulo	–	Rua Maria Paula, 123 – 13º andar Conjuntos 133 e 134 Tel.: (11) 2858-8750 E-mail: atheneu@atheneu.com.br
Rio de Janeiro	–	Rua Bambina, 74 – Lojas A e B Tel.: (21) 3094-1295 E-mail: atheneu@atheneu.com.br

Pré-Produção e Produção Gráfica: Equipe Atheneu
Capa: FK Estudio
Produção Editorial: Alice Barducci

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A87t

Assumpção Junior, Francisco B. (Francisco Baptista)
Transexualidade na infância e adolescência / Francisco Baptista Assumpção Jr.. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Atheneu, 2026.
: il. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-388-1214-2

1. Transexualidade. 2. Identidade de gênero - Infância. 3. Identidade de gênero - Adolescência. 4. Pessoas transgênero - Identidade. I. Título.

CDD: 306.768
25-99988.1 CDU: 305.5-053.2

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

Assumpção Jr. FB.
Transexualidade na infância e adolescência

© Direitos reservados à EDITORA ATHENEU — Rio de Janeiro, São Paulo, 2026.

"Material protegido por direitos autorais"

Sexualidade – O Conceito e a Raiz de Algumas Questões

1

Francisco Baptista Assumpção Jr.

A QUESTÃO DO CORPO E DO SER

O comportamento sexual é prática de extrema importância para a vida, assim como é parte importante das sociedades humanas.

Desde as civilizações primitivas até os modelos e formas do existir contemporâneos, a sexualidade é alvo de interesse e de investigação; porém, de forma diversa, é também agente de um comportamento velado e, por que não dizer, controlado.

Ela se constitui em uma conduta complexa que envolve praticamente toda a vida psíquica do indivíduo, de seus aspectos afetivos a seus aspectos cognitivos, e se constitui em um ponto frágil, posto que quaisquer alterações nesse indivíduo originam condutas diversas daquelas habitualmente vistas e que caracterizam um ser-no-mundo específico.

Bases cognitivas alteradas produzem a avaliação e o processamento dos estímulos ambientais de maneira não usual e, consequentemente, caracterizam um estilo próprio de funcionamento, que determina o próprio ser-no-mundo do indivíduo em questão. Isso diferencia o ser humano de maneira marcante dos outros animais, uma vez que implica uma vida interior que o leva, em sua consciência, a significar e, consequentemente, colocar em jogo toda a questão do ser, o qual se presentifica nas coisas empíricas, inclusive na sexualidade.

Isso ocorre porque somos nosso próprio corpo e ele não é apenas uma entidade material ou um objeto, visto que responde às circunstâncias sem a intervenção de concepções prévias de pensamento ou intenção, o que se projeta na forma de sua relação com o mundo, porque ele é tanto sujeito como objeto, o que demanda uma base que torna ambos – sujeito e objeto – possíveis, constituindo-o em-si (Reynolds, 2014).

Dessa forma, sua vivência se encontra estreitamente ligada à vivência do sentimento, dos impulsos e, principalmente, da consciência do eu (Jaspers, 1973), categoria indispensável, conforme veremos posteriormente, para pensarmos a questão que trazemos.

"Material protegido por direitos autorais"

Considerando-se, a partir do exposto, que "[o] corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles" (Merleau-Ponty, 2011, p. 122), para falarmos na sexualidade temos que pensar que ela envolve comunicação, a qual é amor, não indiferente à qualidade do objeto, porém lúcida, questionadora e provocante na exigência e na compreensão da outra existência, uma vez que os significados são um existencial desse ser.

Essa vivência do ser no mundo é de tamanha importância, que sua liberdade é condicionada também pela submissão às leis naturais, embora sua principal característica seja estar sempre em situações que exigem tomada de decisões e atos intencionais constantes.

A consciência do corpo, segundo Jaspers (1973), esclarece-se fenomenologicamente mediante a apresentação da vivência total do próprio corpo com uma sensação específica desse ser corpóreo nos movimentos de locomoção, na impressão que se espera da corporeidade sobre os outros, na constituição de robustez e debilidade e na alteração de postura.

Essas são características da pessoa vital, e a totalidade corporal própria de cada ser é uma unidade indiscernível dela, sendo que, por isso, existe uma dificuldade de compreensão quando o ser no mundo resiste em "aceitar" o corpo em sua vivência originária como sendo sua unidade corpórea (até o advento da cirurgia plástica) como a única possibilidade de explorar o mundo situado. Ao fazer isso, observa-se, a partir da recusa do próprio corpo, a maneira pela qual o ser no mundo tem de continuar vivendo com ele enquanto a abertura que lhe é devida.

Essa ambiguidade do ser pode ser observada com o corpo se comportando como se tivesse duas camadas distintas. Uma delas constituída pelo corpo habitual (construído por sua própria história vivida, e não conceituada, que faz que ele, mesmo com modificações físicas possíveis, continue a reagir da forma construída por meio de sua história, que não é apagada e persiste em sua própria memória corporal) e outra pelo corpo atual (construído após a própria reflexão, decisão e, quando possível, alteração do próprio corpo).

Na primeira camada, encontramos os gestos e hábitos que desaparecem na segunda, embora a questão maior se reflita em se saber como o corpo habitual pode se manter como fiador do corpo atual, negando sua história corpórea.

A negação do próprio corpo ou até a sua recusa pode ser pensada como a não superação desse corpo frente a uma forma de vivenciar seu mundo vivido, ou seja, a percepção do corpo habitual é negada diante da possibilidade de construção de um novo corpo, embora se mantenham, conforme dissemos, características inscritas na história desse corpo e em sua memória motora. Dessa forma, a limitação passa a ser não uma limitação real, mas apenas um acidente possível, com o ser no mundo não reconhecendo tal questão como sua de fato (negação).

Esse recalque, citado por Merleau-Ponty (2011), consiste no fato de que o sujeito se empenha em um aspecto específico que, ao encontrar uma barreira nessa via, e não tendo força ou vontade nem para transpor o obstáculo nem para renunciar ao empreendimento, permanece bloqueado.

"Material protegido por direitos autorais"

Assim, mantém-se, no decorrer do tempo, um dos mundos momentâneos que se transforma em toda a vida e no próprio organismo com adesão pré-pessoal a uma forma geral do mundo, como se o Eu fosse uma existência anônima e geral que persiste, abaixo da vida pessoal, como um complexo inato, conquanto o corpo não exista enquanto uma coisa inerte, mas se inscreva no próprio movimento da existência.

Assim, pode ocorrer que, em um momento de perigo, a situação humana que se encontra oculta apague a situação atual e mantenha a habitual, o que faz que esse corpo se lance sem reservas à ação, embora, durante a maior parte do tempo, a existência pessoal recalque essa ação fixada (e muitas vezes negada) no próprio organismo.

Cabe considerar, assim, que a existência pessoal muitas vezes ofusca o corpo natural, biológico, e o ser no mundo passa a existir de forma que suas funções biológicas passam a ser consideradas meras funções mecânicas coisificadas e descaracterizadas.

Corpo objeto e corpo sujeito constituem, no entanto, um corpo próprio, único, um corpo vivido, como quer Merleau-Ponty (2011), que é correlato à amplitude do Eu posso e junção das duas dimensões – objetiva e subjetiva – que o ser-no-mundo traz em sua vivência originária e habitual.

Esse corpo vivido, noção de representação do corpo, corresponde a uma estrutura interna que tem a função de controlar seu estado e codificá-lo, mas pode também deturpá-lo e dissociá-lo, o que leva a, por meio da consciência desse corpo, torná-lo um ser quase autômato, pois, ao ter consciência de certa forma corporal, o indivíduo passa a poder agir conforme aquele modelo, embora os movimentos intencionais nada tenham a ver, ao menos diretamente, com a consciência que se tem do próprio corpo.

O corpo vivido e a sua forma de existência no mundo circundante engajam-se em uma concretude na qual o hábito vivencial impregna os movimentos mais adversos relativos ao ser, fazer, querer, intencionar e até mesmo poder antecipar uma ação futura, uma vez que o ser-no-mundo é abarcado pela sua existência inerente e originária, pré-reflexiva, sem consciência de tudo o que faz ou poderá fazer, intencionalidade originária compreendida como a forma mais básica e primária que o ser apresenta ao agir dentro de sua possibilidade de ser no mundo e de se manifestar em direção a ele enquanto uma forma de vida autêntica e pré-consciente.

O ser primitivo, nascido e atuante no mundo vivido apresenta uma existência anteriormente dada, o que faz que, antes ainda de ser consciente de qualquer juízo que possa fazer, ele já é no mundo.

Assim, torna-se difícil ser dependente apenas de si mesmo para se viver no mundo, visto que se é dependente da ambivalência corpo e mundo, com o mundo ditando como se podem executar ações em virtude do ponto referencial corporal, porque o mundo é um polo de ação que impõe ao Eu corporificado uma atitude, pois está sempre aberto para que se aja nele, e não se pode estar no mundo sem que as ações se remetam a ele.

Considerando-se isso, pode-se pensar, *a priori*, que sexo biológico e gênero (função sociocultural do sexo) podem ser considerados categorias distintas sob os pontos de vista conceitual e teórico, porém não podem ser separados.

"Material protegido por direitos autorais"

O ATO AMOROSO

O amor, por outro lado, pode ser considerado modo de afinação da presença com a copresença e a solicitude do ser-com, caracterizando a abertura que existe entre uma presença e outra.

Assim, para que ele aconteça, necessita-se da solicitude para a constituição ontológico-existencial da afinação do amor, pois o afeto do amor é impensável sem a abertura da própria presença para o outro.

Essa solicitude é, então, o esteio para se refletir a respeito da afinação e da abertura do amor, sendo que o encontro com o outro se orienta segundo a sua presença, e isso é aquilo que, na maior parte das vezes, não se consegue compreender.

A presença do outro significa que ela compreende seu próprio ser, na medida em que compreende também o ser do outro. Nesse sentido, pode-se indicar uma duplicidade no existencial do ser-com naquilo que diz respeito ao entendimento de compreender a si a partir da compreensão do outro e compreender o outro mediante a compreensão de si mesmo (Ferreira, 2011).

No ato amoroso, abole-se o sujeito, e ambos os participantes se revelam sem reservas, deixando-se questionar. Nele, anulam-se os valores objetivos externos (e a própria reflexão) na conquista de si mesmo, doando-se na busca contínua do estar junto (Jaspers, 2011). Isso porque o ser é sempre um ser-com uma vez que não existe sujeito sem outros e o mundo é sempre partilhado com esses outros, tornando-o, muitas vezes, impessoal, embora isso não deva acontecer no ato amoroso, que é, predominantemente, uma atitude de cuidado, de "importar-se".

Assim, a conduta sexual usualmente vista como simples e linear é, na verdade, extremamente complexa e envolve questões cognitivas em seus aspectos perceptivos e sensoriais, nos esquemas de representação (linguagem corporal, facial e outros sistemas de sinais) e nos processos simbólicos capazes de estabelecer representações mentais com significados específicos e pessoais passíveis de serem compartilhados.

A compreensão dessa complexidade torna-se fundamental para que possamos pensar como ela se desenvolve e se manifesta na infância.

O ato sexual apresenta uma base biológica indiscutível, sendo controlado pelos sistemas nervoso e endócrino, e a cópula é composta de uma série de reflexos integrados dos centros medulares e do tronco cerebral, regulados no sistema límbico (uma vez que envolve comportamentos ligados à sexualidade, como a elaboração e a expressão de emoções) e no hipotálamo.

O aprendizado, como em todas as condutas humanas, desempenha um papel importante no desenvolvimento das técnicas de acasalamento, razão pela qual deve ser pensado sempre de maneira cuidadosa, sem que se pretendam respostas a aspirações ideológicas que, apesar de muitas vezes compreensíveis, não podem se transformar em um pensamento único que determine, inclusive, a educação infantil.

Considerando-se a criança um ser em desenvolvimento, cabe pensarmos exatamente aquilo que queremos e por que queremos ensinar-lhe algo. Essa talvez seja uma questão importante para reflexão no decorrer da leitura deste texto, posto que envolve a própria questão da identidade, conforme veremos mais adiante.

"Material protegido por direitos autorais"

Dessa forma, no que se refere à educação, em princípio, educa-se a criança para que se desenvolvam suas faculdades mentais e morais, visando seu próprio bem (*eudaimonia*), embora possa haver, como propósito menor, o desejo de:

- Instruir os jovens segundo as crenças e costumes que possibilitam a ordem civil (e a conduta sexual, historicamente, é um grande regulador), garantindo a estabilidade grupal e, consequentemente, em um ser gregário, sua própria sobrevivência. E aqui encontramos também a questão da identidade.
- Inculcar habilidades e aptidões.
- Desenvolver hábitos de sociabilidade (e a conduta sexual é um comportamento básico nesses hábitos sociais, já que propicia e favorece a própria coesão grupal) que visam adaptabilidade e aceitação pelo grupo ao mesmo tempo em que proporcionam segurança ao indivíduo.

Em última instância, pode-se dizer que se educa para que se criem "pessoas inteligentes e boas" com "a vida daquele que ensina sendo o que mais ensina" a essas populações infantis.

Cabe lembrar que *eudaimonia* é um termo grego que literalmente significa "o estado de ser habitado por um bom *daemon*, um bom gênio" e que, em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar. Outras traduções têm sido propostas para melhor expressar o que seria um estado de plenitude do ser, porém, de qualquer forma, é algo um pouco maior do que o mero prazer sensorial líquido, imediato e descartável. Embasa-se naquilo que denominamos amor, mas também na lei, posto que somos seres sociais e, como tais, dela dependemos para nos mantermos coesos. Baseia-se ainda em uma tradição, que se apoia naquilo que se denomina a "democracia dos mortos" e que serve para nos pautarmos em experiências anteriores, evitando-se os erros cometidos, fazendo que nunca se inicie a partir do zero e da ausência de referências (Ferry, 2018).

Nesse sentido, pensar-se a sexualidade infantil é ponderar que ela é uma conduta complexa que se imbrica não somente com o corpo, mas com todo o psiquismo individual, quer consideremos as experiências pessoais, quer o mundo social e relacional. Dessa forma, o corpo participa de sua própria dignidade.

Referir-se à sexualidade da forma superficial e inconsequente como se faz habitualmente, a partir de um modelo funcionalista e individualista que caracteriza uma cultura de descarte, ocasiona o risco de se impor uma educação fundamentada somente no lúdico e no prazer (base de uma sociedade hedonista e narcisista), porque, embora uma criança não amada tenha menos capacidade e menos resiliência, demanda-se a ela também a transmissão da lei, com parâmetros, de modo que o sim seja sim e o não, não, sem acordos.

Não se separa, no que diz respeito ao desenvolvimento da criança, a questão do afeto (e, consequentemente, a liberdade) da lei que delineia limites e estabelece regras, mas, principalmente, da questão do pertencimento e da segurança consequentes. Isso porque é totalmente irreal a existência de uma liberdade abstrata, totalmente descontextualizada e isenta de limites.

Exatamente por isso essa liberdade demanda o trabalho de se ler e conhecer as ideias, as tradições e as leis que nos originaram, ainda que isso possa servir para

"Material protegido por direitos autorais"

negá-las ou corrigi-las; mas elas nunca devem ser ignoradas. Uma liberdade liberta de quaisquer referências ou com referências únicas e indiscutíveis não se constitui em si mesma, deteriorando-se e, consequentemente, deteriorando a liberdade do outro.

Hoje, entretanto, em lugar de uma educação como a que praticamos, utilitarista e pragmática, que visa somente uma eventual aplicabilidade na vida prática (*negotiosa*), deveríamos pensar em algo que fizesse a criança perceber, em cada ato, o seu valor "em si" e o prazer de tê-lo (*otiosa*).

O "amor" deveria ser ensinado pela sabedoria e pela reflexão, e não pela repetição mecanizada de fatos disseminados à exaustão, com a educação tendo se transformado meramente em uma agência de socialização responsável por um ensino desestruturado pela ausência do Estado e da família (AIE), proporcionando que essas crianças fiquem ao sabor do mercado globalizado, que é o grande regulador das relações entre o capital e o trabalho e das escolhas pessoais e profissionais (com o Ter assumindo o lugar do Ser).

Nesse panorama caótico e vinculado somente ao imediatismo e ao prazer é que as crianças constroem suas identidades, desconsiderando-se um conceito básico de dignidade, muitas vezes utilizado de maneira arbitrária na justificativa de direitos que se voltam somente para a satisfação de preferências individuais ou desejos subjetivos e se constitui de forma isolada e individualista visando somente o bem-estar psicofísico. Perde-se, então, a questão da ética enquanto questionamento da natureza moral e do estudo da conduta correta que se sustenta sobre a natureza do que é bom e pergunta-se, a cada momento "o que há de bom no ato praticado". Essas questões implicam que se façam escolhas conforme valores e meios adquiridos no decorrer da vida pela própria cultura, inclusive.

Dessa maneira, consequentemente, uma decisão ética resulta em se eleger uma atitude de acordo com valores e meios que foram adquiridos no transcurso da vida e das vivências (enquanto experiências interiorizadas), sejam aquelas passadas, responsáveis pela construção dos valores, seja pela vida que se escolhe viver. Isso não corresponde, portanto, a uma indagação moral que pergunta como devo agir, mas sim de uma reflexão ética voltada para a vida que se quer viver.

Quando falamos em relação a crianças e adolescentes, essas questões tornam-se mais difíceis ainda de serem respondidas em virtude da própria limitação cognitiva e emocional decorrentes de seu desenvolvimento.

Assim, na criança e no adolescente, a partir de todas essas questões, torna-se impossível se desconsiderar o papel do substrato biológico na constituição da própria identidade, pois ele é grande, principalmente quando se levam em conta seus controles em nível cortical, que fazem que a conduta sexual se transforme em uma atividade rica e pessoal, repleta de significados e símbolos eminentemente pessoais vinculados à identidade citada anteriormente ou se caracterize somente a partir do uso utilitário do próprio corpo na busca hedonista do prazer. Ela é, assim, um componente fundamental na constituição da personalidade e como tal deve ser considerada.

Ao se considerar essa fluidez que se apregoa e se reflete na própria identidade, abolem-se a ideia e a possibilidade de aplicar esses significados, uma vez que o significado de amar algo ou alguém consiste, conforme refere Bauman (2004), na disposição em comprometer a própria liberdade, coisa inimaginável em um panorama fluido e

"Material protegido por direitos autorais"

descartável. Isso porque o consumo de coisas e pessoas, presente nas relações fluidas, tem que ser instantâneo, uma vez que tem por única finalidade não o significado, mas a busca da satisfação que, quando não satisfeita, origina um sofrimento que não se é capaz de enfrentar. E a satisfação, quando alcançada, aporta insegurança, desorientação, confusão e medo criados pela fluidez do ambiente e de si mesmas.

Falarmos de sexualidade é também falar de intimidade, a qual está ligada à habilidade de poder perceber aquilo que o outro pensa. Dessa forma, a união entre os pares é dirigida àquilo que o outro pensa e sente muito mais do que só ao intercurso sexual; corresponde a compartilhar segredos, desejos, medos e sentimentos que ocorrem quando se conhecem os pensamentos do outro, visando maior intimidade pessoal para percebermos suas pressuposições, intenções e outros estados mentais.

Ela parte daquilo que chamamos subjetividade, "linguagem do olhar", e que, quando vista de forma massificada, reveste-se de um aspecto misterioso, posto que a massa não é capaz de se colocar a partir do ponto de vista daquele que escuta e mostra falta de habilidade para empatizar com o outro.

Tudo isso deve ser refletido e considerado quando pensamos a sexualidade infantil e seu desenvolvimento, porque, ainda citando Bauman (2004), se nossos ancestrais eram ensinados e moldados para serem produtores (inclusive de suas próprias identidades e relacionamentos), a Pós-modernidade passou a criar consumidores (das próprias identidades e, consequentemente, dos relacionamentos que elas estabelecem) que consideram desprovido de sentido o comprometimento consigo mesmos e com o outro.

A SEXUALIDADE INFANTIL E O TEMPO

Com o passar do tempo, a sexualidade foi se transformando a partir das mudanças sociais, sendo, muitas vezes, moldada por influência dos meios de produção (sociedades nômades e ascensão agrícola), bem como por todas as concepções morais e religiosas (Sterns, 2010).

Dessa forma, o estudo, assim como a compreensão da sexualidade, investigado e compreendido por meio da História, estabelece-se com base em modelos de comportamento sexual de adultos, com as crianças não sendo consideradas seres sexuados, chegando a, em função das concepções religiosas decorrentes do cristianismo, serem vistas como anjos e, consequentemente, puras (Facciolli; Ribeiro, 1999).

Somado a essa visão angelical, o conceito de infância construído no decorrer da História também refletiu o modelo social em que ao pai cabe a função educativa e o ensino da lei, principalmente mediante castigos físicos, visando a obediência.

As transformações sociais e os novos modelos de compreensão do homem fizeram que a família passasse a se organizar de forma diversa. Consequentemente, a repressão à sexualidade, a se relacionar diretamente com o controle de natalidade, alterando-se, em consequência, a visão sobre a criança, com o modelo de educação sendo repassado às mães e às escolas com o objetivo de desenvolvimento físico-emocional e prevenção de eventuais más inclinações no futuro, visualizadas principalmente como a evitação do uso de substâncias e da masturbação (Facciolli; Ribeiro, 1999).

Cabe lembrar, no entanto, que essa ideia que permeia boa parcela do discurso pós-moderno em relação à sexualidade parte da premissa de que o corpo não é um fato da

"Material protegido por direitos autorais"

Natureza, mas sim um produto do discurso social, o que o torna totalmente artificial (Salih, 2012). Curiosamente, foi exatamente essa a motivação que ocasionou que o corpo fosse contido pelas necessidades sociais e, principalmente, morais e conceituais.

Claro está que esse pensamento vem da crença de que só se existe socialmente (o que propicia uma série de questionamentos dentro do âmbito médico), princípio esse sem qualquer relação com a biologia, sendo ambas mutuamente exclusivas.

Ao longo da História, o controle dos corpos se deu por intermédio das famílias e instituições educacionais e religiosas, sempre com o objetivo de modelar a infância com uma concepção construída pelo olhar do adulto, que não considerou que a criança fosse capaz de construir suas próprias teorias, incluindo sua sexualidade (Facciolli; Ribeiro, 1999).

Esse controle, embora limitante da liberdade, criou a ideia de identidade enquanto pertencimento, muitas vezes traçando, impondo e policiando as fronteiras que, quando abolidas, aportaram sentimentos de abandono que originaram a ânsia de se encontrarem novos grupos de pertencimento que, entretanto, por serem fluidos, esses grupos foram construídos de forma muito frágil, o que provocou intensa insegurança.

Assim, embora possa parecer conflituosa a ideia, temos que considerar que partimos de um sexo biológico e o controlamos com base em uma concepção social, mas não o construímos a partir dessa visão social, porque o sexo biológico se apresenta, como o próprio corpo, em sua totalidade, uma função específica ligada ao processo evolutivo da espécie.

Assim, condutas sexuais correspondem a condutas regulamentadas socialmente com finalidade de colocar os indivíduos a serviço do grupo, não só familiar, mas social, graças à sublimação dos afetos que podem ser canalizados para outras atividades. Fica-se entre a ambivalência de uma liberdade que leva à insegurança e ao medo e aquilo que será considerado aprisionante, uma vez que origina a convivência com limites e possibilidades previamente estabelecidos.

Consequentemente, populações com menos autonomia e independência demandam sistemas de suporte e proteção (e a infância aqui se insere) maiores. Assim, as dificuldades tornam-se ainda mais expressivas, principalmente porque, hoje, existimos em um mundo complexo e líquido. Nele, a vontade de consumir é preponderante como preenchimento da lacuna que separa o indivíduo da alteridade, favorecendo-se, para isso, produtos prontos para consumo imediato e a fruição em detrimento de esforços prolongados. Dessa forma, o desejo consome o significado.

Exatamente por esse motivo não podemos pensar a sexualidade na criança nem como mera questão empírica e com visão funcionalista (decorrente de suas características biológicas e com finalidade exclusiva de procriação), nem como única e exclusivamente ideológica (líquida e voltada unicamente ao desejo narcísico e infantil de se ser o que se deseja), uma vez que as relações interpessoais de intimidade, a nosso ver, devem ser consideradas de forma mais completa e, por isso mesmo, mais complexa e transcendente. Isso porque sexualidade envolve relacionamentos de intimidade, de abrir-se ao destino, admitindo a liberdade que se incorpora no outro enquanto um caminho rumo ao encontro de si mesmo e do próprio *self*, possibilidades bastante limitadas quando consideramos a criança com toda a sua limitação existencial decorrente, inclusive, de seu processo de desenvolvimento.

"Material protegido por direitos autorais"

Ao falarmos de sexualidade em seu aspecto mais amplo, envolvemos o mundo como contexto existencial frente ao qual o indivíduo se posiciona, um mundo enquanto estrutura de significação em que se desvela o ser dos entes e se lhes dá significado, um mundo como parte do homem no qual, após a compreensão do ser, dos entes e do ser-no-mundo, escolhem-se e se executam os projetos dentro de suas reais possibilidades.

Essa talvez seja uma das maiores dificuldades em tratarmos a questão da sexualidade na infância, posto que, já ao nascimento, uma identidade é atribuída, delimitando uma fronteira (que pode ou não ser questionada posteriormente) e uma norma (que pode ou não ser transgredida futuramente) que, se ausentes, aniquilam uma identidade que ainda não pode ser pensada livremente, porque a escolha para existir depende de um pensamento abstrato e de um projeto de existência ainda inexistente na criança.

Permanece-se, assim, em uma identidade que se impõe ao nascimento, de forma independente do próprio indivíduo (que poderá contestá-la futuramente e até alterá-la), mas que lhe será útil no que se refere à sua construção pessoal e que lhe proporciona segurança imediata, bem como caminhos que, naquele momento, garantem-lhe estabilidade.

É importante ressaltar, entretanto, que a infância já é sexuada ao nascimento, posto que a sexualidade é um fator inerente, inclusive biologicamente, à condição humana e, consequentemente, seu desenvolvimento se dá de forma característica em cada fase, o que faz que a compreensão das etapas desse curso seja indispensável para que se conheça o padrão, de forma a facilitá-lo, visando a prevenção de eventuais problemas relativos à sexualidade infantil.

Alguns estudos apontam a presença de comportamentos sexuais desde a vida fetal (como a sucção dos dedos das mãos e dos pés), os quais vão se desenvolvendo e se refinando ao longo de todo o processo de crescimento (Constantine; Martinson, 1984). Dessa forma, são esperados, em pré-escolares, comportamentos de masturbação solitária, jogos sexuais exploratórios, atitudes exibicionistas e voyeuristas, bem como a eleição de objetos de fetiche (p. ex., ursinhos de pelúcia) (Assumpção, 2012). Concomitantemente, esperam-se, nesse momento evolutivo, uma moralidade heterônoma e uma moralidade do individualismo (Kohlberg, 1992).

Paralelamente, pode-se observar que essas crianças são capazes de nomear as próprias partes do corpo, compreender as diferenças de gênero, embora apresentem dúvidas quanto à gestação e ao nascimento dos bebês (Silvares, 2002), com a informação que adquirem a respeito da sexualidade se associando a um início mais tardio da atividade sexual (Klein; Gordon, 1991).

Uma das dificuldades do estudo referente ao comportamento sexual infantil consiste no fato de que, na maioria das vezes, as informações são coletadas por intermédio de entrevista retrospectiva (com os adultos buscando, na memória, seus comportamentos sexuais infantis) ou entrevistas a pais e professores das crianças (Gordon; Schroeder, 1995). Ambos os métodos envolvem um viés subjetivo e ideológico referente às visões de mundo e de pessoa que cada um desses grupos tem. Quando dizemos (Salih, 2012) que o sujeito pode se opor à construção dessa identidade imposta, isso se refere ao fato de ele estar implicado na própria estrutura de poder à qual se opõe, uma vez que só existe oposição dentro dessa estrutura, que, dessa maneira, não pode ser abolida, podendo ser simplesmente, isso sim, questionada a partir da capacidade cognitiva da criança em questão.

"Material protegido por direitos autorais"

Apesar dessas dificuldades, temos que considerar que o comportamento sexual é um fator fundamental no que se refere à continuidade das espécies, inclusive da humana, que, sob esse aspecto, não difere das demais, embora, nela, não só o aspecto biológico esteja envolvido, mas também aspectos psicológicos (típicos de seu desenvolvimento) e sociais (uma vez que se caracteriza enquanto uma espécie gregária, importante para a sua sobrevivência e que, por isso, não pode ser esquecida).

A dificuldade que observamos no desenvolvimento da sexualidade humana decorre somente da confusão originada pela afirmação categórica de que não existe sexo que não seja, desde sempre, gênero e que não há existência que não seja social (Butler, 2003).

Assim, humanos, a despeito de sua idade, são seres sexuais e, consequentemente, podemos observar esses comportamentos desde a infância mais precoce: ereção peniana em bebês meninos e lubrificação vaginal nas meninas, bem como sucção não nutricional.

Durante o período neonatal, os aparatos fisiológicos dos órgãos sexuais já estão desenvolvidos e podem ser observados, intraútero, comportamentos como sucção dos dedos das mãos e dos pés, aumento do fluxo sanguíneo na região pélvica, promovendo lubrificação vaginal e ereção peniana, movimentações pélvicas em bebês a partir de oito meses e jogo genital volitivo aos 12 meses de vida.

Essas experiências sexuais parecem ser reflexas, sem consciência erótica envolvida (Constantine; Martinson 1984), o que nos leva à reflexão de que evidências de comportamentos sexuais são observadas antes de alterações sociais, hormonais e cognitivas típicas da puberdade e nos faz pensar mais ainda em aspectos biológicos, característicos da própria espécie e que serão considerados reflexivamente, nomeados e significados somente muito tempo depois.

Entre 2 e 5 anos, pode-se observar aumento do interesse genital iniciado como uma manipulação reflexa (ainda durante a lactância) que se desenvolve em concomitância com a exploração do corpo, sendo a sua curiosidade sexual acompanhada por questionamentos, principalmente a pais e cuidadores, mediante perguntas referentes a de onde vêm os bebês, bem como sobre as diferenças entre sexos, fatos que serão mais bem compreendidos conforme se processe o desenvolvimento cognitivo da criança (Rutter,1971).

Em síntese, pode-se dizer que os comportamentos sexuais, mesmo ocorrendo anteriormente, tornam-se mais evidentes a partir dos dois anos, embora esse seja um período em que a criança ainda não identificou o próprio sexo, o que acontece por volta dos três anos. Mesmo assim, observam-se jogos genitais, comportamentos exibicionistas e voyeurísticos e masturbação (Rutter,1971).

A curiosidade sexual se expressa diretamente entre 3 e 5 anos por meio de questões características acompanhadas, muitas vezes, por uma atitude exibicionista (Condat, 2021).

Gadpaille (1984) sugere que existiria uma propensão psicossexual inata que não se inicia no período da puberdade. Sendo a criança um ser sexualizado e dinâmico, torna-se impossível discutir sua sexualidade fora de um contexto cultural, o qual precisa ser considerado dentro das características filosóficas que determinam a visão de homem e de mundo.

"Material protegido por direitos autorais"

Essas características aumentam a dificuldade do estudo da sexualidade, principalmente na nossa cultura ocidental, que, na atualidade, não a compreende como algo natural, característico de espécie, e a vê como algo totalmente "em aberto", passível de construção e dependente apenas da vontade individual, esquecendo-se de que dessa "abertura" derivam uma inconstância e uma volatilidade que aumentam a fragilidade, diluindo a segurança derivada dos balizamentos de que a criança necessita.

Para Constantine e Martinson (1984), quatro categorias devem ser consideradas no que se refere à perspectiva sexual humana:

- Culturas sexualmente repressivas negam a sexualidade, proibindo todas as formas de comportamento sexual, exceto para procriação, e atribuem valor aos filhos que não tem vida sexual.
- Culturas sexualmente restritivas estabelecem limitações como, por exemplo, a castidade pré-matrimonial, o desencorajamento da sexualidade, visualizado nas inibições dos jogos sexuais infantis, e a segregação sexual. Essas são culturas muito comuns em todo o mundo.
- Culturas sexualmente permissivas procuram olhar a sexualidade como natural e tolerável, tendendo a descumprir possíveis proibições de ordem sexual e em relação à sexualidade infantil, e, embora apresentem maior preocupação com a ocorrência de alguns comportamentos específicos, não negam a existência dessa sexualidade.
- Culturas sexualmente colaboradoras compreendem o sexo como algo indispensável à felicidade humana, e os comportamentos sexuais infantis são valorizados para um desenvolvimento social e biológico adequado (Constantine; Martinson,1984), embora seja difícil de se estabelecer o que se considera adequado sem aspectos ideológicos ou morais envolvidos.

Assim, é interessante pensarmos, conforme refere Bauman (2004), que a resposta à pergunta "quem sou eu?", bem como a credibilidade da resposta, só é constituída a partir da referência aos vínculos que o indivíduo estabelece com o outro do pressuposto de que tais vínculos são fidedignos e estáveis com o passar do tempo. Isso é muito diferente da simples aceitação de conceitos, políticos ou sociais referentes a qualquer definição de identidade.

A SEXUALIDADE E A HISTÓRIA

Sociedades e culturas se transformam com o tempo e, no Ocidente, em relação à sexualidade, muitos de nossos costumes remetem-se à tradição inglesa vitoriana, com reflexos repressivos e restritivos, o que afeta o olhar dos adultos no tocante ao comportamento sexual infantil (Robinson, 2005).

Pode-se dizer que preocupação da medicina com a sexualidade teve início no século XIX, quando o gozo foi desvalorizado e o sofrimento físico e mental se tornou importante na tradição judaico-cristã. A partir desse momento, sexualidades consideradas desviantes passaram a ser conceituadas como transtornos desviantes.

"Material protegido por direitos autorais"

No decorrer do século XX, dentro dessa ideia de perversão, permaneceu a troca da primazia do gozo pela primazia do genital, com o paradigma social apoiando-se na heterossexualidade (Silva, 2016).

Esse essencialismo sexual, assim como a crença de que o sexo diz respeito "à natureza humana", constituiu, para alguns, um elemento que dificultou a abertura a identidades ou identificações pautadas no sexo e que passaram a ser constituídas de maneira hierárquica (Silva, 2016).

A **Figura 1.1** ilustra a pirâmide social hierárquica.

Esse enquadramento patológico invoca, então, conceitos de inferioridade mental e emocional.

Observa-se também uma relação binária, "adultos × crianças", na qual as crianças são apresentadas (e representadas) como inocentes, passivas, assexuadas e imaturas para compreenderem a sexualidade, com um consequente "pânico moral" quando comportamentos sexuais são nelas observados (sendo compreendidos como imaturidade e/ou incapacidade de controle de impulsos – o que, em parte, é real em função do próprio desenvolvimento infantil).

Assim, conforme falamos, a sociedade ocidental moderna passa a ter um olhar inocente para a criança, que anula sua capacidade de compreender os valores sexuais, embora a exponha repetida e acriticamente em imagens e conteúdos sexuais e eróticos da mídia (Heiman *et al*.,1998).

Todas essas questões dificultam o estudo do comportamento sexual infantil em função de um contexto sociocultural que atribui impedimentos e proibições a partir da crença de que a infância é assexuada e por se inferir que a investigação empírica lhes cause danos e/ou influências, embora essas dificuldades ocorram também por problemas metodológicos (Sullivan, 2003) e, porque não dizer, por aspectos ideológicos que impedem e proíbem a sua eventual realização por se considerar "politicamente

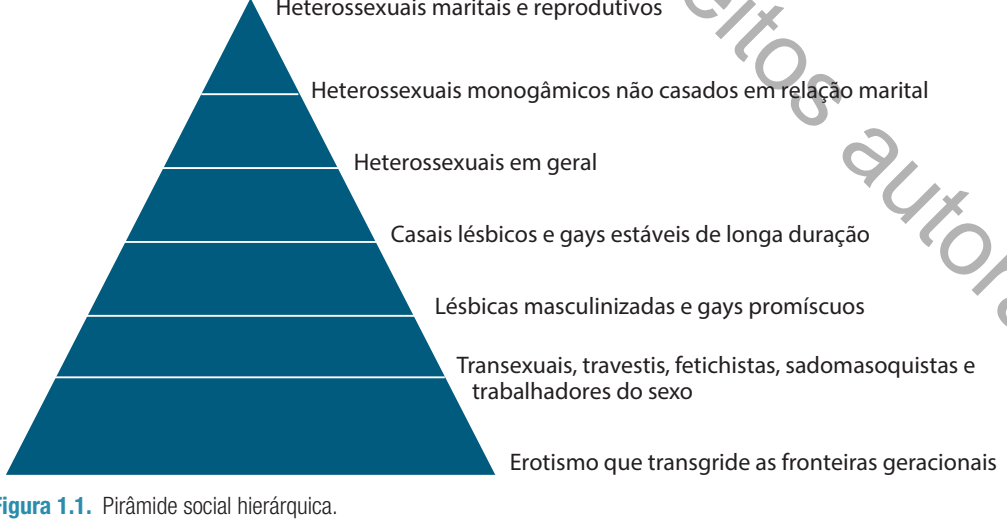

Figura 1.1. Pirâmide social hierárquica.

Fonte: Elaborada por Silva, 2016.

"Material protegido por direitos autorais"

incorretos" alguns dos temas, portanto capazes de produzir resultados que não se coadunam com as opiniões correntes e desejadas, periodicamente alteradas em função dos modelos de pensamento hegemônicos.

É importante lembrar que o risco é de que a crítica ao "politicamente incorreto" leva frequentemente ao não questionamento dos atos realizados, o que ocasiona o estabelecimento da mesma manifestação de poder que se criticou anteriormente.

Assim, pesquisas sobre comportamento sexual infantil são escassas, embora métodos com entrevistas diretas com as crianças tenham sido utilizados para avaliação do conhecimento sexual infantil de fatos como concepção, gravidez, nascimento e diferenças sexuais (Gordon; Schroeder; Abrams, 1990).

Paralelamente às descobertas referentes a seu próprio sexo, evoluem as teorias que a criança elabora sobre a concepção de bebês. Isso inclui como fecundação oral (por meio de alimentos ou beijos), nascimento pelo ânus ou umbigo, bem como fantasias sádicas e agressivas referentes à sexualidade com essas vivências influenciando profundamente a visão infantil, o que, por sua vez, determinará a natureza do seu relacionamento com os demais (Condat, 2021) no futuro. Isso porque as pesquisas retrospectivas que entrevistam adultos sobre as suas memórias de infância naquilo que se refere a jogos sexuais dependem da lembrança do participante e, exatamente por isso, são também passíveis de viés da recordação infantil (Lamb; Coackley, 1993), inclusive fantasiada.

Os estudos que se valem de fontes secundárias de informações, como professores e pais respondentes em pesquisas sobre sexualidade infantil, também são limitados e dependem também da compreensão sobre se o comportamento referido é ou não sexual (Sullivan, 2003), porque, segundo a predisposição de uma pessoa no que se refere a sexo, haverá maior ou menor inclinação na observação de comportamentos sexuais. O conceito de erotofobia e erotofilia indica que pais erotofóbicos não aceitam a sexualidade dos filhos, apresentando respostas de evitação aos estímulos sexuais, e desviam-se das "pistas" dos comportamentos sexuais. Ao contrário, pais erotofílicos mostram respostas positivas em relação ao sexo, sendo receptivos na observação do comportamento sexual infantil (Fisher; White; Byrne; Kelley, 1988). Ambos os comportamentos constituem um viés frequente e marcante.

Cabe ainda lembrar que crianças vitimizadas apresentam comportamentos sexualizados (Kendall-Tackett; Willians; Finkelhor, 1993; Browne; Finkelhor, 1986). Evidencia-se comportamento sexual impróprio em vítimas infantis, como masturbação não privada, exposição de órgãos sexuais e excessiva curiosidade sexual (Kendall; Tackett; Willians; Finkelhor,1993), permanecendo o questionamento sobre o que é entendido como comportamento sexual próprio em uma determinada faixa de desenvolvimento.

Conforme falamos, a cultura ocidental sempre negou a sexualidade das crianças até a chegada da puberdade, o que leva a que se considere que comportamentos sexuais infantis são potenciais sinais de manifestações de abuso e/ou quadros psicopatológicos, embora se necessite de mais estudos que contribuam para o conhecimento do comportamento sexual infantil normal com o intuito de que haja menos preocupações por parte de pais, professores e técnicos de saúde em relação ao que pode ser considerado um comportamento sexual esperado (Sandfort; Rademakers, 2000).

"Material protegido por direitos autorais"

A QUESTÃO DA "NORMALIDADE"

Uma das principais razões para que o *Homo sapiens* se transformasse na espécie dominante em nosso planeta foi o fato de ele ser mais resistente e flexível com a interação entre cultura e evolução, proporcionando um impulso para o aumento da sua própria inteligência, o que, aliado ao fato de a espécie se organizar em grupos ou sociedades, em função de ser gregária, possibilitou que ele transcendesse muitas das próprias limitações iniciais (Eysenck; Eysenck, 2022).

Conforme referem Eysenck, Eysenck (2022), a espécie inicialmente precisava de uma inteligência ecológica para responder aos desafios do ambiente não social, bem como garantir a sobrevivência em condições difíceis, porém, além disso, ainda precisava de uma inteligência social para que formasse grupos, sobrevivesse em condições adversas e competisse com as outras espécies e grupos.

Demandava ainda uma inteligência cultural que lhe possibilitasse aprender com os outros e se beneficiasse do conhecimento cultural acumulado.

Das hipóteses anteriores, a segunda é identificada como a mais importante, uma vez que ela proporcionou a resolução de problemas ecológicos complexos a partir da formação de grupos sociais que possibilitaram a proteção da espécie contra predadores, que cooperavam no desenvolvimento de ferramentas para a construção de abrigos e de armas, construindo, ainda, um padrão de comunicação eficaz vital para essa inteligência social.

Dessa forma, a partir da produção de ferramentas cada vez mais complexas, técnicas de processamento de alimentos, línguas e instituições ao longo do processo evolutivo, moldou-se um ambiente que impulsionou a evolução genética de aspectos exclusivamente humanos, de corpos e de mentes, com os indivíduos de maior capacidade de aquisição de informações complexas sendo mais aptos a se reproduzir (Eysenck; Eysenck, 2022). Nesse momento, a questão da sexualidade passou a ser fundamental, uma vez que propiciou, a partir da seleção de parceiros, a transmissão genética de comportamentos e características favoráveis à sobrevivência.

Dessa maneira, podemos dizer que "a seleção natural não escolheu a melhor das alternativas disponíveis. O animal resultante não foi o *design* mais perfeito concebível, mas sim o produto de uma sequência histórica de mudanças, cada uma delas representando a melhor das alternativas naquele momento" (Darwin *apud* Eysenck; Eysenck, 2022).

Assim, o homem foi equipado, evolutivamente, para lidar bem com um conjunto diversificado de circunstâncias ambientais, o que o fez ser um generalista, e não um especialista. Para isso ele se valeu de processadores intuitivos rápidos, simples e heurísticos, bem como de processadores lentos e deliberados que, embora propensos a respostas corretas, requerem maior tempo e, portanto, só são utilizados em ocasiões muito especiais.

Pode-se pensar, com base em todos esses aspectos, que a sociabilidade não é uma "mera característica pessoal" decorrente da diversidade, mas sim um comportamento adaptativo de extrema importância para a espécie, uma vez que envolve colaboração e trabalho conjunto, portanto a variabilidade individual nem sempre foi compatível com esse processo de adaptação vinculado à sobrevivência.

"Material protegido por direitos autorais"

Ponderando-se o discurso que refere que diferentes manifestações de sexualidade não são, necessariamente, um problema, o que só é considerado quando o indivíduo é obrigado a viver em um mundo estruturado, para indivíduos binários deve-se crer que tal afirmação desconsidera frontalmente toda a evolução da espécie com o gregarismo e a linguagem sendo características essenciais para a sobrevivência da espécie.

Levando-se em conta esse aspecto vinculado à sobrevivência, temos que nos interrogar, dentro de uma abordagem evolucionista, se existe uma conduta humana padrão, independente das diferenças culturais, bem como se os mecanismos psicológicos que definiriam essa natureza se desenvolveram também em outras espécies por meio da seleção.

Caso algumas dessas hipóteses sejam plausíveis, podemos questionar se os fatores que condicionaram essa seleção e que ocorreram no Pleistoceno não serviriam também para avaliar afirmações do pensamento pós-moderno que tentam caracterizar uma ideia teórica de neurodiversidade.

A partir de um princípio básico de "adaptação evolutiva ao ambiente", que teria selecionado os padrões mais adaptados à sobrevivência, caracteriza-se o que hoje denominamos "normal".

Por outro lado, para essa adaptação, temos que considerar que ela não segue a mesma velocidade das mudanças sociais (muito mais rápidas nessa pós-modernidade), o que acentua a diferença entre a adaptação genética-cerebral e ambientes primordiais com um "retardo no genoma" (Sanjuán; Cela-Corde, 2008), visto que a lentidão da mudança evolutiva impede que a espécie humana se adapte (e continua impedindo) às alterações muito rápidas observadas nas sociedades humanas nos últimos milhares de anos e que, na pós-modernidade, tentam se implantar mediante a desconstrução de categorias que são, muitas vezes, decorrentes não de questões exclusivamente sociais, mas que se assentam sobre bases biológicas vinculadas à própria espécie (**Figura 1.2**).

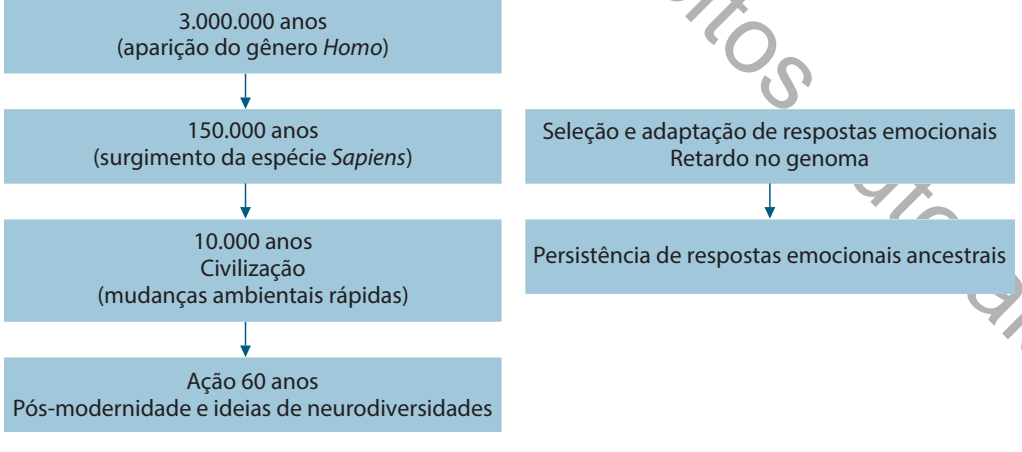

Figura 1.2. Gap entre mudanças ambientais e mudanças genômicas.

Fonte: Adaptada de SanJuán; Cela-Conde, 2008.

"Material protegido por direitos autorais"

Cabe, então, pensar-se que patologias verdadeiras seriam aquelas já inadaptadas em ambientes primitivos (e, conforme já citamos, talvez algumas dificuldades reprodutivas se enquadrassem inicialmente nesse padrão). Por outro lado, pseudopatologias seriam recentes, ocasionadas por mudanças ambientais que as tornaram inadaptadas (e aqui talvez pudéssemos expor algumas das questões sobre as quais refletiremos posteriormente e que adquirem imensa importância no pensamento pós-moderno no que se refere à sexualidade).

Tudo isso nos leva a pensar que, quando tratamos de sexualidade, abordamos questões totalmente diversas, mas que são agrupadas somente por questões ideológicas e consideradas partes de uma mesma problemática com finalidades bastante específicas e viés marcante. Esse padrão de pensamento talvez cause a perda de importantes aspectos que deveriam ser levados em conta.

Isso ainda fornece um critério de distinção entre normal e patológico a partir do que se considera adaptação e inadaptação biológica, o que reforça a ideia de que os sintomas (e não a reação social a eles) provocam mal-estar ou o fracasso em atividades cotidianas, com uma inadaptação correspondente à dificuldade de responder à demanda do ambiente (natural ou social). Isso só se altera a partir da intenção de se facilitar a adaptação em culturas sofisticadas e ricas, uma vez que, naquelas mais simples e menos ricas, alguns desses comportamentos tornam-se fundamentais para a sobrevivência e a manutenção da própria espécie.

Essas considerações não impedem que pensemos que a relação gene-ambiente não é estática nem imutável, mas que se encontra em movimento. Deve-se, no entanto, procurar pensar no homem longe de enfoques meramente doutrinários, não somente em um corte transversal, mas sim longitudinal, com a questão adaptativa sendo vista como um pressuposto interessante no estudo dos comportamentos.

Dessa maneira, normal e patológico, embora sejam questões mais filosóficas que médicas, visto que a preocupação médica se refere mais a diagnosticar e saber o que fazer pelo paciente, interferem na atuação médica, já que a conceituação de patologia (e, consequentemente, de tratamento, com todas as suas implicações biológicas, psicológicas, sociais, políticas e econômicas) interfere diretamente na sua atividade.

No campo da psiquiatria, mais do que em qualquer outra área médica, defrontamo-nos com um problema mais amplo, posto que envolve questões éticas, culturais, sociais e políticas (inclusive pela dificuldade na delimitação do campo de conhecimento), entre outras, todas modelando opiniões e pensamentos que, nas demais áreas médicas, são facilmente desconsiderados, pois envolvem técnicas inacessíveis, na maioria das vezes, ao público leigo.

Não é o caso do psiquiatra, que, no exercício da sua especialidade, não consegue fugir desse contexto, que, assim, influencia, muitas vezes de maneira maléfica, sua prática e seu modo de trabalho.

Ao falarmos de crianças, essa situação torna-se mais complicada, dadas as incertezas frequentes que cercam o seu crescimento, sua educação e seu lugar na família, suprindo ou não as suas expectativas, bem como o aspecto social, que envolve as demandas escolares e sua valorização.

Assim sendo, algumas questões me parecem fundamentais para que nos questionemos e reflitamos sobre algumas atitudes que, se tomadas de forma intempestiva,

"Material protegido por direitos autorais"

mais do que proporcionarem diminuição do sofrimento, aportam mais dificuldades e, muitas vezes, consequências graves. Cabe, portanto, que nos interroguemos:

- Todas as apresentações de variação de gênero em crianças são não patológicas?
- O sofrimento psicológico associado à incongruência de gênero nas crianças é resultado de processos internos ou de respostas sociais inaceitáveis?
- É possível distinguir clinicamente um transtorno patológico de identidade de gênero na infância (GIDC, do inglês *Gender Identity Disorders in Childhood and Adolescence*) a partir do comportamento normativo atípico de gênero de crianças que podem ou não crescer e se tornarem *gays* ou transexuais?
- Dado que a maioria dos casos de incongruência de gênero na infância não persiste na idade adulta, existem subtipos de GIDC? Se sim, eles podem ser distintos entre si?
- A investigação empírica apoia a afirmação de que as intervenções clínicas com crianças com variantes de gênero podem prevenir a persistência da incongruência de gênero na adolescência e na idade adulta? Se sim, é aconselhável ou ético tratar crianças, a fim de prevenir o transexualismo adulto?
- O estado atual da pesquisa empírica apoia o tratamento de crianças pré-púberes por meio de bloqueadores hormonais para prevenir o início da puberdade e a facilitação da transição mais tarde na vida? Esse tratamento, por si só, aumenta a probabilidade de persistência?
- E como considerar a criança com variante de gênero cujo ambiente social aceita e incentiva sua transição precoce, mesmo não sabendo se a criança, não querendo decepcionar, mudou de ideia?
- Quem deve ser designado como o melhor defensor das variantes de gênero em crianças? Pais? Professores? Agências governamentais? Profissionais da saúde mental? Ativistas transexuais adultos? Teóricos *queer*? (Drescher, 2010, p. 454).

Não temos respostas absolutas nem definitivas a essas questões, as quais requerem, a nosso ver, estudos, além de análise e discussão cuidadosas. Esse é, portanto, o objetivo deste trabalho.

Assim, quando o psiquiatra infantil examina uma criança, a demanda subjacente, seja dos pais ou da escola, é que ele intervenha em comportamentos considerados não "normais" pelo contexto familiar, escolar ou social. Na maioria das vezes, essa percepção se baseia em critérios externos e observáveis.

Contrariamente a isso, o psiquiatra deve levar em consideração, na sua avaliação, fatores diversos e, exatamente por essa razão, os critérios de normalidade não podem se ater somente à identificação da conduta que motivou o pedido de exame ou a demanda familiar, reduzindo-se a uma mera associação sintomatológica, ou, pior ainda, a uma demanda relativa ao prazer ou à crença pessoal (presente na criança ou nos pais) sem qualquer pretensão de compreensibilidade, pois essa forma de atuar, conforme já falamos anteriormente, leva a diagnósticos rasos, simplistas e, no mais das vezes, inconsequentes.

"Material protegido por direitos autorais"

Voltando-se à questão conceitual, normal e patológico se constituem de maneira inseparável, posto que cada um desses conceitos não existe nem é definido sem a presença do outro, e essa é mais uma das razões para a discussão que trazemos aqui.

O problema torna-se mais difícil ainda pela confusão que se dá entre anormal (do latim *norma*: quadrado) e anomalia (da raiz grega *ομαλοζ*: liso, sem rugosidade), o que faz que essa relação entre anomalia, anormal e patológico deva ser muito bem esclarecida em função das consequências de todos os tipos que acarretam, inclusive em níveis legal e cível, conforme veremos posteriormente.

Para iniciarmos, podemos dizer que as várias definições podem ser estabelecidas considerando-se pontos de vista diferentes. Assim, o normal pode ser considerado tanto a saúde como o oposto à doença, fato razoavelmente em desuso quando falamos em medicina, uma vez que o conceito de qualidade de vida passa a ser muito valorizado em nosso momento, apesar de, extremamente pragmático, apresentar inúmeras dificuldades em ser utilizado, pois confunde-se com satisfação pessoal, nem sempre acessível (embora essa seja uma demanda frequente no tema abordado neste momento histórico em nossa cultura).

Essa confusão é derivada de um modelo estático que não corresponde à dimensão dinâmica da maioria das doenças que podem se apresentar compensadas ou descompensadas, durante uma crise ou em períodos intercrises.

Dessa forma, da mesma maneira que a doença não pode ser reduzida às suas manifestações ruidosas, temos que considerar também o potencial de recuperação da saúde, o que nos leva a ver a questão da normalidade enquanto um processo.

Podemos falar, ainda, do normal como média estatística, e aqui corremos o risco de confundi-lo com o anormal e com a anomalia, rejeitando, para o campo do patológico, tudo o que não está na zona média da curva de Gauss.

Em psiquiatria, a pressão cultural, conforme hoje é observada, é de extrema importância e, como tal, deve ser levada em conta, pois, caso contrário, qualquer comportamento que se desvie da média corre o risco de ser julgado anormal e as transgressões que caracterizam a própria marcha do progresso, principalmente nas Ciências Humanas, serem consideradas anormais.

Um risco sério da pós-modernidade é considerarmos o normal um ideal ou uma utopia a ser alcançada, uma vez que tal visão remete o conceito de normalidade a um modelo utópico que estabelece todo um sistema de valores e normalidade ideais que origina sistemas ideológicos, políticos, administrativos ou educacionais sonhados abstratamente por alguém para os demais seres humanos.

Quando esse ideal (e isso ocorre na maioria das vezes) é um sistema de valores pessoais (ideal do ego), fazem-se necessários o questionamento e a avaliação de sua funcionalidade e suas consequências, em razão de que se está definindo um "funcionamento mental normal". Esse é um fenômeno bastante em voga em nosso momento pós-moderno e que atinge e influencia os processos educacional e legal de parcela importante das crianças.

Finalmente, podemos pensar o normal como um processo dinâmico que envolve a capacidade de retorno a certo equilíbrio (resiliência).

"Material protegido por direitos autorais"

Essa visão dinâmica envolve tornar normal um processo de adaptação, assim como a capacidade de reações necessárias para que o indivíduo em questão recupere o equilíbrio anteriormente perdido. Em um campo psicossocial, entretanto, essa definição arrisca reduzir o conceito de normalidade a um estado de aceitação, submissão ou conformidade às exigências sociais.

Cabe considerar, no entanto, que a ideia de adaptabilidade biológica ainda parece ser um bom critério na busca de se tentar fugir dos conceitos reducionistas vinculados unicamente à média ou à utopia, embora, no caso da criança, tenhamos que nos balizar em parâmetros de desenvolvimento que, enquanto características da espécie, não devem ser desconsiderados.

Assim, conquanto não possamos definir facilmente o normal, negar o conceito também constitui uma abstração que dificulta o exercício de atividades.

Em verdade, normal e patológico são conceitos dependentes um do outro e não podemos esquecer que a necessidade de sobrevivência do indivíduo exerce uma pressão normativa necessária, uma vez que a possibilidade de evolução também implica um desvio aleatório.

Mais uma vez, temos que pensar que, para o médico, a questão teórica é secundária, posto que ele se depara sempre com uma escolha prática que o questiona se deve intervir ou abster-se de qualquer atitude diante de um dado paciente. Isso o torna totalmente diferente do cientista social ou do filósofo, que abordam a questão dentro do campo das ideias sem qualquer atuação empírica.

O psiquiatra infantil enfrenta essa questão mais do que qualquer outro especialista pois precisa, obrigatoriamente, levar em conta se a sintomatologia com a qual se defronta no presente prejudicará ou não o futuro estado do indivíduo em desenvolvimento. Exatamente por isso é que, além da sintomatologia, o psiquiatra infantil precisa avaliar outros elementos que se estendem desde a demanda do próprio paciente até as eventuais consequências futuras, passando pela capacidade ou (não) desse paciente, avaliá-las e decidir por uma eventual intervenção.

A prática da psiquiatria infantil e as suas aplicações à saúde mental da população (e incluam-se aqui o diagnóstico e as propostas terapêuticas), embora apresentem certa eficácia, encontram-se também ligadas a um custo econômico, o que implica escolhas estratégicas.

Assim, os modelos diagnósticos e terapêuticos devem se preocupar com o desempenho, mas também com a eficácia e a factibilidade.

Diante de uma criança, a avaliação do normal e do patológico é realizada de forma diferente, sendo necessário que se reconheça o sintoma e se avaliem seu peso e sua função dinâmica. Tenta-se, dessa forma, verificar a sua relação com a personalidade da criança e avaliar a influência dessa personalidade no quadro da evolução no decorrer do tempo e dentro de um ambiente específico.

Somente a partir dessa avaliação sintomática, dimensional, de desenvolvimento e ambiental é que se consegue estabelecer um diagnóstico mais acurado da eventual patologia mental na criança, e isso difere significamente do que temos observado acontecer nos últimos anos.

"Material protegido por direitos autorais"

A IDENTIDADE – UM PONTO DE CONFLITO

A questão básica para a nossa temática é aquela que envolve o que denominamos identidade, conceito que se encontra ligado diretamente à noção de pertencimento e que, embora não seja absoluto nem de indiscutível solidez, é fundamental para que se saiba quem se é (a "ipseidade"[1]), fazendo-nos perceber de forma coerente o que nos distingue, enquanto indivíduos, dos demais, constituindo-se quase que em um sujeito apriorístico proveniente de uma realidade preexistente, embora frágil e provisória.

Podemos dizer que a identidade corresponde a um processo de construção pelo qual os indivíduos se definem a si mesmos em uma interação estreita e simbólica com outras pessoas. Internalizam as atitudes e expectativas dos outros sobre si mesmo e, assim, ele próprio se converte no objeto de sua reflexão.

Essa relação reflexiva dele com ele mesmo deve ser compreendida como o conversar consigo, e isso deve ser entendido como a internalização da fala comunicativa com os outros (Larrain, 2003).

A conhecida frase de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, mas se chega a sê-lo" refere-se não somente à gênese e à construção sociocultural do feminino, mas também às múltiplas formas que se podem adotar para o se tornar mulher, um caminhar sem destino final nem rumo preestabelecido que leva à dispersão e à diversificação (Hueso, 2022). Em verdade (Stock, 2023), ela se refere a que "as representações culturais de feminilidade são criadas majoritariamente por homens e segundo seus interesses", o que provoca expectativas que nem sempre são consistentes e adequadas. Foi isso (Stock, 2023) que as feministas de segunda onda denominaram gênero, o que causou a ampliação do conceito para sexo na tentativa de abolição de um teórico determinismo biológico. Considerando isso, mais do que somente a questão do feminino, podemos estendê-la a toda a questão identitária. Ela se refere a uma questão fundamental, pois envolve aquilo que podemos afirmar como "eu sou", resposta à pergunta "quem você é?". Esses aspectos só tem sentido quando se acredita que se pode ser outra coisa e que "ser essa outra coisa" depende exclusivamente de nós mesmos, de forma que a ideia subjacente se sustente por si só.

Mesmo assim, o estabelecimento da identidade é uma tarefa nunca pronta nem totalmente realizada, por isso podemos dizer que ela é "sendo" muito mais do que "é" e, quando ela o é, depende de uma soberania externa que a impõe e policia de forma a traçar uma fronteira entre "nós" e "eles". Ela representa, portanto, diferentes instituições que, quando diluídas ou destruídas com a perda dos suportes sociais que a fazem parecer "natural", ocasionam uma insegurança que leva à busca frenética de "identificação", de modo que se componha o pertencimento a um grupo que a constitua, novamente estabelecendo um "nós".

Com a pós-modernidade e a fluidez das categorias estabelecidas, que vão sendo cada vez mais fragmentadas e, porque não dizer, destruídas, pode-se observar com maior clareza a tentativa de criação ou procura de novos grupos para que se possam estabelecer relações de pertencimento que facilitem a construção de novas identidades, embora isso aporte também um constante sentimento de insegurança, bastante perceptível para aqueles que trabalham com crianças e adolescentes que, ao

[1]Derivada do latim *haecceitas atis*, significa aquilo que é determinante para diferenciar um ser de outro(s); o atributo próprio, característico e único de um ser, que o difere dos demais.

"Material protegido por direitos autorais"

perderem seus parâmetros, cada vez mais frágeis, permeáveis e virtuais, apresentam dificuldades identitárias e criam identidades também cada vez mais frágeis e virtuais que se inter-relacionam de forma também líquida, frágil e virtual (Bowman, 2004).

Ver-se como um indivíduo sexual, reconhecer a própria orientação sexual e formar uniões afetivas ou sexuais faz parte da aquisição da identidade sexual, sendo a consciência da sexualidade um aspecto importante da formação da identidade (Papallia; Martorelli, 2022).

Podemos dizer então que as identidades, na pós-modernidade, são construídas de maneira instável, inclusive em categorias que há poucos anos consideraríamos indiscutíveis, ou seja, em relação à própria estrutura física e à sexualidade, uma vez que passa a se considerar o "sujeito" não enquanto um indivíduo, mas enquanto uma estrutura linguística em formação (Salih, 2022), o que traz o mesmo risco de se constituírem novas formas de identidade igualmente escravizantes e opressivas.

Parte-se, então, da desestabilização da categoria "sujeito", posto que não se considera que existam uma categorização, definição, fixidez ou estabilidade do próprio conceito com a consequente perspectiva de sua desconstrução, embora se esqueça de que sua principal teórica não se mostre interessada na experiência individual em si, mas sim na análise do processo mediante o qual o indivíduo assume sua posição como sujeito (Salih, 2022), o que constitui uma abordagem teórica específica que não deveria apresentar reflexos práticos, porque seu objetivo é diverso.

Distinguem-se, entretanto, quatro categorias de estado de identidade, as quais diferem entre si pela presença ou ausência de crise (tomada de decisão consciente) e de compromisso (investimento pessoal e escolha de uma ocupação ou ideologia), conforme descrito no **Quadro 1.1**.

Quadro 1.1 – Estados de Identidade

Estado de identidade	Descrição
Realização de identidade (crise que leva ao compromisso).	Dedicação à reflexão sobre o tema, conflito com os aspectos emocionais referentes à questão, escolhas e compromisso com elas. Pessoas dessa categoria são mais maduras e competentes socialmente que as das outras três categorias.
Execução (compromisso sem crise).	Assume compromissos, não como resultado da exploração de diferentes opções, mas aceitando o plano de outras pessoas. Não considera se crê em seus compromissos e aceita outras opiniões alheias sem reservas, reagindo de forma dogmática quando questionada.
Moratória (crise sem ainda haver compromisso).	Trabalha ativamente na sua identidade, tentando decidir qual seu direcionamento na vida. Embora possa se mostrar comunicativa, confiante em si e escrupulosa, é ansiosa e medrosa. Há a possibilidade de sair da crise com a capacidade de construir compromissos e construir sua identidade.
Difusão de identidade (nenhum compromisso, nenhuma crise).	Não costuma pensar seriamente em alguma opção e evita compromissos. Insegura em relação a si mesma, tende a não cooperar. Imagina que pode arranjar soluções quando estiver preparada. Habitualmente são pessoas solitárias.

Fonte: Adaptado de Papallia, Martorelli, 2022.

"Material Protegido por Direitos Autorais"

A visão dessas categorias possibilita confrontar a crise de identidade com a confusão de identidade ou confusão de identidade com confusão de papel, tão característicos da adolescência.

Podemos dizer, no entanto, que o atual estado de coisas define que (Stock, 2023) todos temos um estado interior importante denominado identidade de gênero e que, em algumas pessoas, essa identidade de gênero não corresponde ao denominado sexo biológico, porém é a identidade de gênero, e não o sexo biológico, que determina se a pessoa é homem ou mulher.

Posso, todavia, argumentar que se considera que a identidade se forma quando se resolvem três questões importantes: a escolha de uma ocupação, a adoção de valores sob os quais viver e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória (Papallia; Martorelli, 2022).

Dessa maneira, quando se fala que sexo e gênero são efeitos e não causas, criados a partir das instituições e seus discursos, e que, dessa forma, o sujeito pode ser construído de forma a não reforçar as estruturas de poder preexistentes (Salih, 2022), esquece-se de que isso se refere a um modelo teórico de pensamento que analisa muito mais as estruturas de poder do que um dado empírico passível de ser pensado de maneira clínica e, portanto, prática e tecnológica, e que, quando é visto desse modo, consiste em má interpretação e compreensão da proposta teórica subjacente.

Isso se dá principalmente ao lembrarmos que essas categorias não correspondem a estágios, mas sim a um estado de desenvolvimento em um dado momento, o que implica que podem mudar em qualquer direção à medida que o indivíduo se desenvolve, fator que deve ser considerado de suma importância quando falamos em crianças e adolescentes.

Mais importante ainda é voltarmos à consideração anterior de que a aquisição de identidade depende de três questões importantes: a escolha da ocupação, a adoção de valores e o desenvolvimento da identidade sexual, sendo que, ao final da adolescência, metade das pessoas se encontra em fase de execução ou difusão (Papallia; Martorelli, 2022), o que deve fazer que se considerem cuidadosamente as decisões do adolescente (não considerando sequer a criança) quando das suas afirmações intempestivas e radicais, uma vez que a exploração dessa identidade aumenta com a idade e é bastante influenciada por amigos (Papallia; Martorelli, 2022).

Embora se parta da ideia de que o Ser o é na medida em que não é localizado no mundo dos entes, sendo, portanto, "nada" (possibilidade), tem-se que considerar que é mediante sua compreensão do mundo que temos acesso ao Ser que não tem, entretanto, uma natureza predeterminada, embora esteja no mundo e seja inseparável dele, o que não nos possibilita abstraí-lo e, portanto, caracterizar objetivamente uma separação objeto-observador (Reynolds, 2014). Isso permite que se diga que a identidade não é só a mera construção pessoal (que, claro, encontra-se em aberto), mas sim que decorre da relação do ser com o mundo, visto que é o olhar desse mundo que reconhece o indivíduo e, muitas vezes, aniquila-o.

Não se pode perder de vista o fato de que qualquer mudança, embora constante, torna a vida como é por decisão própria e não por mudança do próprio mundo, porque o "ser-no-mundo" depende da própria relação com as coisas e com as pessoas, e, quanto mais se faz isso, mais primordial fica a relação com o ente, fazendo que, ainda que se alterem significados, não se altere o próprio Ser, e sim o ente, uma vez que

"Material protegido por direitos autorais"

significa se envolver na prática com aquilo que queremos construir enquanto identidade, e não abstrair teoricamente o fato a partir da tentativa de mudanças do outro e do próprio mundo.

Isso ocorre porque a realidade não é independente do indivíduo, sendo, isso sim, decorrente de seu próprio autoconhecimento, que supera e aniquila o outro e leva a que se independa do desejo de reconhecimento. Em caso contrário, repete-se a dialética do senhor-escravo, posto que ser reconhecido pelo outro implica com possibilidade de reconhecer-se a si mesmo (Reynolds, 2014).

Para Butler (2003), talvez a mais importante autora relacionada com esse tema, o sujeito do desejo (em nosso caso, do desejo sexual) é sempre o produto de uma interdição e é construído no discurso por meio dos atos que executa, sendo a identidade de gênero uma sequência desses atos. Dessa maneira, sexo, gênero e sexualidade não existem numa relação que seja necessariamente mútua, já que alguém com sexo biológico feminino pode apresentar traços e desejos diferentes dos esperados, visto serem escolhas. A autora frisa, no entanto, que essa escolha não é totalmente livre, mas limitada desde seu início, consistindo em "interpretar" normas de gênero já existentes e organizá-las de maneira diferente.

Com isso, fica claro que sua preocupação é eminentemente política e não terapêutica, que considera principalmente a nomeação dessas categorias de identidade. Caracteriza, assim, que as normas de gênero se instituem a partir do discurso social.

É exatamente isso que, teoricamente, definiria e demarcaria o próprio corpo, embora essa argumentação pareça estabelecer que as escolhas são feitas dentro das possibilidades já existentes, embora isso não caracterize que se é.

Assim, o sexo biológico pode ser feminino, mas "eu quero viver e desejar" como masculino, o que torna metafórico o se dizer que se é homem em um corpo de mulher, pois, na verdade, continua-se a ser mulher (biológica), que "escolhe" viver e desejar como homem dentro de uma dada cultura com suas próprias regras.

Esse raciocínio é cultural, e não médico; muito menos terapêutico. Ele corresponde a uma ideia da construção de gênero enquanto um modelo escolhido entre vários, o que faz pensar que o sofrimento decorrente da não satisfação de uma escolha ou desejo significa somente baixo limiar de frustração, e não percepção de limites ou, como diria Bauman (2004), o desejo de uma satisfação instantânea, sem esforço em longo prazo, pois em um ambiente fluído e em constante mudança, a ideia de durabilidade ou de valor permanente torna-se sem fundamento.

Essa é uma discussão teórica bastante interessante – enquanto o "senhor" (a instituição estabelecida) adquire conhecimento, o "escravo" (as identidades pouco estabelecidas) adquire liberdade (Salih, 2022), o que, no território prático, significa somente a troca dos papéis de senhores e de escravos porque se substitui uma estrutura hegemônica por outra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Assumpção-Junior FB, Kuczynski E. Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência. 2 .ed. São Paulo: Atheneu; 2012.
- Assumpção-Junior FB, Sprovieri MHS. Deficiência mental: sexualidade e família. 1. ed. Barueri: Manole; 2005.

"Material Protegido por direitos autorais"

- Bowman S. Identidade. Rio de Janeiro; Zahar; 2004.
- Browne A, Finkelhor D. Impact of child sexual abuse: a review of the research. Psychological Bulletin. 1986;99(1):66-77.
- Butler J. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2017.
- Condat A. Psychopathologie de la différence des sexes et des conduites sexuelles. In: Marcelli D, Cohen D. Enfance et Psychopathologie. Issy-les-Molineux; Eslsevier Masson; 2021.
- Constantine LL, Martinson FM. Sexualidade infantil – novos conceitos, novas perspectivas. São Paulo: Roca; 1984.
- Drescher J. Queer diagnoses: Parallels and contrasts in the history of homosexuality, gender variance, and the Diagnostic and Statistical Manual (DSM). Archives of Sexual Behavior. 2010;39;427-60.
- Eysenck MW, Eysenck C. Inteligência Artificial x Humanos. Porto Alegre: Artmed; 2022.
- Faccioli AMC, Ribeiro C. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como tema transversal. São Paulo: Moderna; 1999.
- Ferreira AMC. Amor e liberdade em Heidegger. Kriterion. 2011;52(123):139-58.
- Ferry L. A revolução transumanista. Barueri: Manole; 2018.
- Fisher WA, White LA, Byrne D, Kelley K. Erotophobia-erotophilia as a dimension of personality. Journal of Sex Research. 1988;25(1):123-51.
- Gadpaille WJ. Atrasos do desenvolvimento psicossexual normal. In: Constantine, LL, Martinson FM. Sexualidade infantil – novos conceitos, novas perspectivas. São Paulo: Roca; 1984.
- Gordon BN, Schroeder CS, Abrams MJ. Age and social-class differences in children`s knowledge of sexuality. Journal of Clinical Child Psychology. 1990;19(1):33-43.
- Gordon BN, Schroeder CS. Sexuality: a developmental approach to problems. New York: Plenum Press; 1995.
- Heiman ML, Leiblum S, Esquilin SC, Pallitto LM. A comparative survey of beliefs about "normal" childhood sexual behavior. Child Abuse & Neglect. 1998;22:289-304.
- Hueso MG. Las Griegas. Poetas, oradoras y filósofas. Buenos Aires: Galerna; 2022.
- Jaspers K. Psicopatologia Geral. Primeiro Volume. Tradução de Dr. Samuel Penna Aarão Reis. Rio de Janeiro: Atheneu, 1973.
- Kendall-Tackett KA, Willians LM, Finkelhor D. Psychological Bulletin. 1993;113(1):164-80.
- Klein M, Gordon S. Sex education. In: Walker CE, Roberts MM (eds.). Handbook of clinical child psychology. New York: Wiley; 1991.
- Kohlberg L. A cognitive developmental analysis of children´s sex-role concepts and attitudes. In: Maccoby E (Org.). The development of sex differences. California: Stanford University Press; 1966. 83-166.
- Kohlberg L. Psicología del desarrollo moral. Spain: Desclée de Brouwer; 1992.
- Lamb S, Coakley M. "Normal" childhood sexual play and games: differentiating play from abuse. Child Abused & Neglect. 1993;17(4)515-26.
- Larrain J Hurtado A. El concepto de identidad. Revista FAMECOS. 2003;21:30-43.
- Merleau-Ponty M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes; 2011.
- Papallia DE, Martorelli G. Desenvolvimento Humano. 14a. ed. Porto Alegre: 2022.
- Reynolds J. Existencialismo. Rio de Janeiro: Vozes; 2014.
- Robinson K. Childhood and sexuality: adult constructions and silenced children. In: Mason J, Fattore T (eds.). Children taken seriously: in theory, policy and practice London: Jessica Kingsley; 2005. 66-76.
- Rutter M. Normal Psychosexual Development. Journal Child Psychol Psychiatry. 1971;11:259-83.
- Salih S. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica; 2022.
- Sandfort T, Cohen-Kettens PT. Sexual behavior in Dutch and Belgian children as observed by their mothers. Journal of Psychology & Human Sexuality. 2000;12:105-16.
- Sanjuán J, Cela-Corde, CJ. La profecía de Darwin. Barcelona: Ars Médica; 2008. 1-23.

"Material protegido por direitos autorais"

- Silva VLM. A psiquiatrização do sexo não normativo: BDSM e a 5a. revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais. Vivência. 2016;48:25-38.
- Silvares EFM. Orientação sexual da criança. IN: Brandão MZS, Conte FCS, Mezzaroba SMB (orgs). Comportamento humano: tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor. Santo André: Esetec; 2002.
- Sterns, PN. (2010). História da sexualidade. Tradução: Renato Marques. São Paulo: Contexto.
- Stock K. Material Girls. São Paulo: Cassandra; 2023.
- Sullivan LF. Methodological issues associated with studies of child sexual behavior. In: Bancroft J (org.). Sexual development in childhood. Bloomington: Indiana University Press; 2003. 23-33.

"Material protegido por direitos autorais"